O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 26/03/2023 - 06:00

Investigação atinge magistrados de megarrecuperações judiciais

Judiciário

Órgãos investigam magistrados das maiores recuperações judiciais do País

Operações suspeitas de juízes que conduzem processos cujas cifras somam R$ 90 bi são alvo do MP e do CNJ; entre eles, estão os responsáveis pelos casos da Oi e da Americanas

LUIZ VASSALLO

A relação de juízes responsáveis por conduzir insolvências bilionárias com advogados e administradores entrou na mira de investigações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público. O **Estadão** teve acesso a seis apurações sobre magistrados de Varas de Falência e Recuperação Judicial. Pelas mãos deles passam atualmente processos cujas cifras ultrapassam R$ 90 bilhões.

Em ao menos três dos casos, relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontaram operações suspeitas. Juízes foram punidos em dois desses processos. Um dos casos recebeu parecer favorável à abertura de investigação no CNJ. Magistrados e administradores afirmaram que agiram dentro da legalidade (*mais informações na pág. A8*).

Nos processos de recuperação judicial e de falência, magistrados nomeiam administradores judiciais, síndicos e mediadores – agentes de confiança destacados para garantir o pagamento das dívidas e a retomada da saúde financeira das empresas. Estes agentes ganham honorários com base no valor das causas, fixados pelos juízes. É a partir da relação entre magistrado e agente privado que têm sido suscitadas uma série de apurações criminais e disciplinares.

Ligações

Relação suspeita entre juízes e agentes privados resultou em apurações disciplinares e criminais

A Procuradoria-Geral de Justiça do Rio abriu investigações criminais sobre a conduta de três juízes. Os inquéritos foram destinados a apurar ligações suspeitas deles com administradores judiciais e peritos.

Paulo Assed Estefan, da 4.ª Vara Empresarial, entrou na mira do MP do Rio em razão de suposta relação de sua família com o administrador judicial Marcello Macedo, nomeado por ele em processos. A investigação mostrou que a mulher de Macedo foi sócia do filho do magistrado em um restaurante. A cantina italiana, chamada D'Amici, fica no bairro do Leme há mais de 20 anos. Advogados e juízes frequentam o local. Parte deles apelidou o restaurante de "8.ª Vara Empresarial", em uma brincadeira com o fato de haver somente sete varas do ramo na Justiça da capital.

TRANSAÇÕES. De acordo com o relatório do Coaf, o administrador judicial movimentou R$ 12 milhões entre 2018 e 2019, o que, segundo o MP, está acima de seus rendimentos declarados. "Os créditos nas contas de Marcello Macedo somaram R$ 6.382.483 e consistiram basicamente em depósitos em espécie e resgates de aplicações", afirma o MP.

Entre as transações consideradas relevantes para a investigação estão cinco pagamentos de R$ 48 mil ao bar que uniu como sócios a mulher de Macedo e o filho do juiz. Segundo o MP-RJ, o escritório de Macedo movimentou R$ 34 milhões, valor acima dos rendimentos declarados da banca.

O relator do processo, desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres, arquivou o caso de ofício, sem ouvir o MP. Ele recuou da decisão em julgamento do Tribunal de Justiça do Rio que decidiu restabelecer a investigação. No recurso apresentado ao desembargador, a Procuradoria-Geral apontou como "inexplicável" a "relação empresarial ligando membros da família do magistrado e familiares do administrador judicial em atuação perante a Vara Empresarial em que o noticiado (*Estefan*) é titular".

O juiz é responsável por analisar a recuperação judicial da Americanas, que acumula dívidas de R$ 40 bilhões. Ele nomeou como administrador judicial o ex-deputado Sérgio Zveiter, irmão do desembargador Luiz Zveiter, que integra o Órgão Especial, colegiado que julga pedidos em inquéritos sobre juízes no Rio. A nomeação não é objeto de investigação.

Responsável pela recuperação da Oi, de R$ 43,7 bilhões, o juiz da 7.ª Vara Empresarial do Rio, Fernando Viana, também está na mira do MP-RJ. O órgão diz que ele é dono de empresas cujos endereços registrados na Junta Comercial são idênticos aos da sede de firmas de Marco Antonio Reis Gomes – sócio de companhia de administração judicial que atua na 7.ª Vara.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1724

DATA	VALOR
07/01/2004	25.000,00
08/01/2004	94.130,00
TOTAL	119.130,00

Em outra comunicação, o Banco do Brasil informou a movimentação de **R$ 12.400.866,00** na conta nº [redacted] da agência [redacted], entre 05/06/2018 e 30/07/2019, de modo que este volume foi considerado incompatível com a capacidade financeira do cliente.

Os créditos nas contas de **Marcello Ignácio Pinheiro de Macedo** somaram **R$ 6.382.483,00** e consistiram em sua maioria em depósitos em espécie e resgates de aplicações. O próprio investigado constou como depositante em 3 operações que somaram **R$ 2.330.000,00.** Segundo o RIF, os recursos depositados tiveram origem em débitos da conta corrente do escritório **Marcello Macedo Advogados**, ocorridos em 03/05/2019, 07/06/2019 e 18/06/2019.

No anexo V, o colaborador esclareceu que MARCO ANTÔNIO se mostrou preocupado com a possível concorrência do perito CHARLES WILLIAM no campo das nomeações perante a 7ª Vara Empresarial, de titularidade do juiz FERNANDO VIANA, ora investigado, na medida em que CHARLES WILLIAM foi ao encontro do magistrado postular indicações para realizar perícia, quando foi advertido por MARCO ANTÔNIO no sentido de não invadir a "sua área", em alusão ao domínio que teria sobre as nomeações periciais junto ao magistrado FERNANDO VIANA. MARCO ANTONIO ainda teria confidenciado à CHARLES WILLIAM que repassava 50% (cinquenta por cento) dos valores de suas perícias ao irmão de FERNANDO VIANA, que é fiscal de rendas, revelando claramente a existência de esquema de corrupção que ora se investiga, na medida em que parece claro concluir que o irmão do magistrado receberia estes valores em nome deste.

GAOCRIM MPRJ — GRUPO DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CRIMINAL

Em uma das empresas em nome do magistrado, a FEGS PARTICIPAÇÕES, a CGJ apurou que no local registrado como sede funciona, em verdade, a sociedade ENTERPRISE MULTIPLAS LOCAÇÕES CORPORATIVAS LTDA, cujo sócio, MARCO ANTÔNIO REIS GOMES, também é sócio de empresa nomeada como administradora judicial de processos em curso na 7ª Vara Empresarial da Capital, a ABREU E GOMES ADVS. ASSOCIADOS.

MARCO ANTÔNIO DOS REIS GOMES foi mencionado em três anotações enviadas pelo COAF, todas envolvendo a contratação de seguro cujo valor total, por força normativa, foi comunicado ao órgão de inteligência financeira.

Investigações citam magistrados e administradores judiciais

DELAÇÃO. Em delação premiada, o perito Charles William afirmou que Gomes lhe confidenciou que "repassava 50% dos valores de suas perícias ao irmão de Fernando Viana, que é fiscal de rendas". A empresa M6 Participações, que tem o magistrado e seu irmão como sócios, apresentou "movimentação de recurso incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a capacidade profissional ou financeira", registrou o MP.

"As imbricadas relações envolvendo as empresas, o magistrado e seus familiares parecem revelar a existência de uma espécie de favorecimento em nomeações de administradores judiciais e peritos em processos em curso no sobredito órgão judicial, sabidamente palco de vultosas transações, cujos reflexos, invariavelmente, deságuam na remuneração de tais administradores", diz o MP em pedido de diligências obtido pelo **Estadão**. Para o órgão, há suspeita de que um dos peritos nomeados por Viana seja ligado a uma de suas empresas.

Juíza da 5.ª Vara Empresarial do Rio, Maria da Penha Nobre Mauro é outra investigada. O MP diz que o perito mais escolhido pela juíza em seus processos é filho da contadora do escritório de seu pai, que é ex-desembargador.

Todas as investigações são na esfera penal e conduzidas pela Procuradoria-Geral de Justiça perante o Órgão Especial do TJ-RJ. Na esfera administrativa, apurações sobre Maria da Penha, Viana e Estefan na Corregedoria do TJ foram anuladas pelo CNJ em julgamento sigiloso. O relator, Luiz Fernando Bandeira de Mello, disse que houve "pesca probatória" e "busca ampla e genérica sem causa provável e objeto definido".

SÍNDICOS. Ex-presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Klever Loureiro é investigado pelo CNJ em razão de irregularidades nas nomeações na falência da Laginha Agroindustrial, usina de cana-de-açúcar do falecido ex-deputado João Lyra. Em 2010, Lyra declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de R$ 240 milhões, sendo o parlamentar mais rico do Congresso. A empresa tinha R$ 3 bilhões em dívidas quando faliu.

Loureiro é investigado por suspeita de agir para nomear um administrador judicial que admitiu à Corregedoria Nacional de Justiça não ter experiência na área, supostamente usurpando a competência do juiz da causa. Correição da Corregedoria apontou indícios de "quebra de dever de imparcialidade" do desembargador. O caso está em sigilo e não foi pautado para julgamento, disse o CNJ.

Em São Paulo, o juiz Marcos Bernicchi foi afastado em julho de 2021 pela Corregedoria do TJ-SP sob suspeita de trocar síndicos de falências sem motivo. Todos foram substituídos por um mesmo grupo. No fim de 2022, a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça, o Órgão Especial da Corte abriu investigação criminal para apurar se o magistrado agiu para beneficiar estes agentes.

Primeiro juiz da recuperação da Itapemirim, cujas dívidas ultrapassavam R$ 2 bilhões, Paulino José Lourenço foi aposentado compulsoriamente em 2020 pelo TJ do Espírito Santo por suspeita de ligação de seu filho com o administrador escolhido pelo magistrado para conduzir recuperações em curso em sua vara. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.